

O Papel dos Mediadores na Discussão Sobre o Avanço da Fronteira Agrícola da Soja na Comunidade de Corta-Corda, Santarém, Pará

Ruth Helena Cristo Almeida¹
Andrey Faro de Lima

RESUMO

O presente estudo identifica os atores sociais envolvidos na expansão da fronteira agrícola da soja, bem como analisa o papel dos mediadores na discussão desse processo tanto a nível local como nacional. A partir do trabalho de campo e de análise da literatura pertinente, realizamos observação direta, fotografias e a aplicação de formulário com camponeses e atores sociais identificados e considerados como atores-chave. Esses recursos nos permitiram verificar que ocorrem mudanças significativas no modo de vida dos camponeses e a saída visualizada para a situação é a formação de arenas de discussão com a mediação de atores da sociedade civil, locais e nacionais, que debatem, apontam saídas e buscam consensos para os conflitos decorrentes da expansão da fronteira agrícola da soja no âmbito da chamada esfera pública.

Palavras-Chave: Brasil, Amazônia, Conflito social, Camponeses, Esfera Pública, Fronteira Agrícola, Soja.

1. Ruth Helena Cristo Almeida é Mestre em Sociologia pela UFPA e Andrey Faro de Lima é Especialista em Patrimônio IPHAN / UNESCO e Mestrando de Ciências Sociais pela UFPA.

INTRODUÇÃO

A Amazônia, sobretudo, a partir do final da década de 80, com o assassinato do seringueiro Chico Mendes, passou a ser alvo da atenção tanto nacional como internacional (HOMMA, 2000). Desde então, é ressaltada a necessidade de proteção da nossa exuberante biodiversidade e de controle dos conflitos agrários que, na maioria das vezes, apresentam-se de forma violenta.

É nesse contexto, que grandes empresas vêm investindo em projetos que visam minimizar impactos decorrentes de suas ações. Estando a comunidade do Corta-Corda inserida num contexto complexo como este, principalmente após a abertura da fronteira agrícola da soja no oeste do Pará, passamos a nos questionar sobre o seguinte ponto: quais os conflitos sociais decorrentes desta fronteira agrícola em tal comunidade? A escolha pela comunidade Corta-Corda se deu basicamente por dois motivos: era a comunidade mais próxima de Santarém (melhor acesso e logística) e visivelmente, naquele momento, apresentava-se como a área onde ocorriam, com maior velocidade, as transformações, com a entrada de "novos" atores sociais e a compra de terras.²

Vale ressaltar que este estudo não tratará da expansão da soja propriamente dita, ou dos impactos ambientais relacionados a esta. O que interessará investigar é o fato de como a expansão de uma cultura, principalmente do caráter da soja, que está inserida numa macro-economia, traz consigo mudanças estruturais e conflitos sociais.

2. Parte deste artigo foi extraída da dissertação de mestrado intitulada "Zona de Conflitos: o Agronegócio da Soja e a formação da Esfera Pública em Corta-Corda, Santarém, Pará", Ruth Helena Cristo Almeida.

A escolha dos atores sociais locais e mediadores entrevistados (camponeses, representantes de ONGs locais, radialistas, presidente de sindicato, médios proprietários) se deu através de alguns critérios, como: presença e tempo na área, influência, importância dada pela comunidade, atuação na esfera pública e tamanho da propriedade. Consegui fazer cerca de dez entrevistas totalizando aproximadamente cinco horas de conversa gravada. Parte desta, foi transcrita e utilizada no trabalho.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO: COMUNIDADE DO CORTA-CORDA

Santarém: rota de exportação e fronteira agrícola da soja

A comunidade do Corta-Corda localiza-se no município de Santarém, que possui uma área de 26.058 km², ao norte do Brasil e a oeste do Estado do Pará. A cidade de Santarém é banhada por dois grandes rios, o Amazonas e o Tapajós.

A população do município é de aproximadamente 300 mil habitantes. A economia, tradicionalmente, volta-se para a agricultura, pesca, pecuária, comércio, extrativismo e turismo. Basicamente, sempre foi uma produção direcionada à subsistência. Após a abertura da fronteira agrícola da cultura da soja, houve um grande impulso na produção de grãos como o arroz, o milho e a soja.

Essa transformação já vem ocorrendo desde meados da década de 90 (com a construção do Porto da Cargill) em Santarém e, a partir de 1999, foi colocado no Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 Avante Pará: agronegócio o Pará investe nisso! como área apropriada para a expansão desta cultura, devido a condições favoráveis (solo e clima) à sua

implementação. Essas ações foram traçadas pelo governo do Pará através do programa Pão Nosso com o apoio de grupos e interesses da iniciativa privada.

A chegada da soja à Amazônia deflagra, de imediato, uma disputa entre empresários e governantes de um lado e grupos ambientalistas e povos nativos de outro. A atração dessa cultura se faz ainda maior nessa área devido principalmente:

- Aos baixos preços da terra;
- Aos incentivos financeiros oficiais através de investimentos do Banco da Amazônia S/A (BASA) para a compra de máquinas, insumos agrícolas e construção de silos e armazéns;
- Às condições favoráveis de mercado, que fizeram com que a produção de soja penetrasse rapidamente nas regiões;
- Ao estabelecimento de uma rede de pesquisa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA) da soja envolvendo o poder público federal e estadual e grupos privados;
- A construção de projetos de implantação de infra-estruturas como a ampliação do porto da cidade, a construção de um terminal graneleiro para exportação de grãos e a pavimentação da Santarém-Cuiabá com o objetivo de melhorias nos sistemas viários, portuários e de comunicações, facilitando e agilizando o transporte e as exportações, através da Cargill³ em Santarém (Relatório MPEG, 2004).

3. A obra foi questionada e posteriormente embargada pelo Ministério Público Federal por não ter Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.

As transformações no município e demais áreas do oeste paraense são explícitas. Áreas antes destinadas à agricultura familiar de subsistência dão margem agora a um novo sistema de cultivo de arroz, soja, milho ou trigo num processo moderno, altamente mecanizado, fazendo contraste à realidade local. Não é à toa que foi anunciado um crescimento de 150% da safra de arroz⁴ em Santarém com rumo certo: mercado internacional. No entanto, os agricultores locais ainda empregam métodos tradicionais de cultivo, com baixo rendimento, direcionado na sua maioria, para a subsistência.

A questão da soja nos remete a uma dupla face de um mesmo processo. Há o que Homma (2000) chama de um conjunto de riscos e oportunidades conflitantes entre si e que não tem mais controle do governo, agem per se.

Os resultados, porém, já são visíveis. Entre eles:

- A Evolução do desmatamento, pois a soja no Pará não está ocupando apenas áreas já desmaiadas anunciadas pelo governo paraense, Concentração de terra através de compra ou grilagem, resultando em conflitos agrários;
- Efeitos hidrológicos de culturas irrigadas;
- Alto grau de utilização de insumos químicos causando prejuízos a pequenos produtores e a populações residentes em suas imediações com a aspensão desses agrotóxicos;
- Poluição das águas e ar, entre outros, são desconsiderados pelo agronegócio, governos e a maior parte da mídia, ou no máximo debitados à conta dos custos

4. Área plantada cresce 150% no oeste do Pará, 19/07/2003, www.pa.gov.br. Em Santarém há uma dobradinha arroz / soja. Depois de plantar arroz os agricultores estão plantando soja. Por isso, justifica-se a grande quantidade de arroz.

Pequeno pecuarista; 9) Extrativista; 10) Pastor da igreja; 11) Agente de Saúde; 12) Médio pecuarista; 13) Prefeitura; 14) Vereador; 15) Pesquisadores e 16) Presidente regional do STR.

Dentre esses atores identificados, fizemos uma separação entre "antigos" e "novos". Os "antigos" são os camponeses, que possuem toda uma característica e modo de vida específico. Os "novos" atores sociais são os chamados "gaúchos", que chegaram na área há pouco tempo, porém, já conseguem impor uma outra realidade. Alguns desses atores-chave identificados já se confrontaram, inclusive, de forma violenta. Destarte, salienta-se de antemão, que não é somente a soja a geradora de conflitos na área. Estes conflitos, inerentes à realidade social, sempre estiveram presentes nas tramas e jogos de interesses dos diferentes atores. O que nesse momento é um conflito decorrente da expansão da fronteira agrícola da soja e, é neste, haverá maior destaque.

Conflito social no Corta-Corda: entre a latência e a violência

Na comunidade em estudo, com a abertura da fronteira agrícola da soja, foi possível identificar conflitos sociais que se encontram de forma latente (tácita), ou seja, conflitos que não se manifestaram de forma violenta ou ainda não emergiram. Para autores como Simmel (1983), Rubin et ai (1986), Coser (1956) e Barbanti Jr. (2003), como já foi dito, o conflito social é algo inerente à própria sociedade, porém, assume diferentes dimensões de acordo com especificidades históricas, estruturais, políticas e económicas. Quando se trata da região Amazônica, por exemplo, que tem problemas estruturais graves e antigos, como a questão da desigual apropriação fundiária, que a todo o momento é acirrada, teremos conflitos sociais que podem até ser administrados ou escamoteados, mas não resolvidos.

Para autores como Martins (1991) e Barp (1997), os conflitos que se configuram no meio rural se mostram cada vez mais complexos. As disputas pela terra não ocorrem exclusivamente, por dicotomias, como: grandes empresas versus posseiros pobres; fazendeiros tradicionais versus camponeses. Sendo assim, não podem ser encaradas como relações duais. Além disso, nem sempre esses conflitos ocorrem unicamente por interesses económicos, mas, também, por fatores simbólicos. Isso revela o emaranhado do meio rural, onde sua análise deve ser feita observando os vários ângulos da vida social, pois os conflitos não partem somente de uma relação dual e simplificada, mas envolvem vários grupos sociais ao mesmo tempo.

A temática sobre violência não é nova. É analisada por diversos autores⁵, que enfatizam tanto a problemática na área rural como na área urbana, sendo, nesta perspectiva, identificada como a forma mais extrema do conflito.

Mas porque se caracteriza a comunidade do Corta-Corda como um cenário de conflitos sociais latentes? Que características esses conflitos assumem, permitindo afirmar que estão subentendidos, implícitos?

O ponto de partida para desvendar essa realidade, foi a construção do conceito de conflito. Foi consultado o dicionário do Pensamento Social do Séc. XX (1996), no verbete onde Lewis Coser nos coloca várias definições de conflito. Entre elas, destaca-se a seguinte:

5. Martins, José de Souza (1991, 1997), Tavares dos Santos, Vicente (1990), Barp, Wilson (1997), Barreira, César (1998).

[...] contenda a respeito de valores, ou por reivindicações de status, poder e recursos escassos, na qual os objetivos das partes conflitantes são não apenas obter os valores desejados, mas também neutralizar seus rivais, causar-lhes dano ou eliminá-los, o conflito pode ocorrer entre indivíduos ou entre coletividades. Esses conflitos intergrupos, bem como os intragrupos, são aspectos perenes da vida social. **São componentes essenciais da interação social em qualquer sociedade.** Os conflitos não são sempre, de forma alguma, "fatores negativos" a minar a vida coletiva. Em geral contribuem para a manutenção e o crescimento de grupos e coletividades, bem como para reforçar relações interpessoais (COSER, 1996, pp.120-121, grifos da autora).

Neste primeiro contato com o conceito, destacam-se alguns elementos essenciais "convergentes" e "divergentes" e que fazem parte e formam a chamada esfera pública.

FORMAÇÃO DE ESFERA PÚBLICA: UTOPIA OU REALIDADE?

Em meio a conflitos sociais uma inquietação se destaca: será possível, numa área de fronteira e, em meio a conflitos sociais, a formação de uma chamada esfera pública? Uma esfera onde os atores sociais debatem e discutem sobre sua situação, sobre sua sobrevivência? A partir desta inquietação analisou-se a ocorrência ou não da formação de uma arena de discussão no novo cenário permeado de conflitos.

Mas porque essa inquietação? No período de abertura política, com o fim do regime militar, Castro destaca que os movimentos sociais "manifestaram uma certa convergência no sentido de uma democratização dos processos de decisão, reivindicando uma participação na elaboração das políticas públicas, particularmente em nível local". (CASTRO, 2001b, p.

24). Era a busca por reconhecimento, mas principalmente por interferência, na elaboração e aprovação das políticas públicas.

Essa convergência retratava a busca de um poder político reprimido que não estava dentro do governo e nem dentro da empresa privada. Era uma força, que segundo Loureiro (1997), não se concentrava nos limites do Estado e que muitas vezes ia à procura de encontro a este. E esse poder político, para a autora, era resultado de pressões que possuíam objetivos dos mais diversos: a busca por democratização dos serviços estatais fundamentais a todos e, não apenas a grupos privilegiados, além da luta pela conquista de espaços para o enfrentamento de situações conflituosas, nas quais os grupos sociais eram atingidos. Os resultados esperados dessas pressões eram transformações sociais e políticas que realizassem e contemplassem os objetivos e demandas dos grupos.

Esse novo cenário, diga-se, mais democrático, gerou e gera "novas formas" de participação que buscam, essencialmente, a solução de alguma dificuldade. Esta participação pode no entanto, como destaca Moraes (2004), suscitar alguns problemas. No momento em que ocorre abertura e atribuições políticas de interferências dos diversos atores sociais significa, por parte do Estado, um "reconhecimento" e, com isso, "permissão" para a sociedade "ingressar, opinar e votar em fóruns decisórios de políticas públicas" (MORAES, 2004, p. 34.). Resultando com isso, numa questão de legitimidade dessas inclusões e de seus pesos relativos nos processos políticos. Mas quem irá decidir sobre essas ações? O Estado ou os próprios atores que reivindicam esse poder?

Assim, será discutido a formação da esfera pública como resposta a problemas de exclusão e desigualdades sociais, bem como, a necessidade do que Dagnino (2002) chama de

"radicalização da própria noção de democracia, mas também a necessidade de aprofundar o controle do estado por parte da sociedade" (DAGNINO, 2002, p. 45). E, será esse campo de atuação e conflitos que detalharemos a seguir.

Esfera Pública: Campo de Conflitos Sociais

Ao se falar em esfera pública, chama-se a atenção para um debate tanto internacional como nacional sobre sua existência, suas características e atores sociais envolvidos. Esse debate, muitas vezes, direciona-se para lados totalmente opostos e ambíguos, como foi no Brasil que, segundo Costa (2002), sempre foi tratado a partir da sua inexistência.

A ideia em voga sobre esse tema, e que sempre sobressaiu, diz respeito à esfera pública "como um mercado de opiniões" (COSTA, 2002, p. 34). Além disso, costuma ser encarado como um jogo de interesses particulares, que estão longe de representar discussões de origem do conjunto da sociedade, e ainda, como um espaço de "encenação" onde os atores são considerados como mera "plateia". Foi assim, segundo o autor, que os movimentos sociais, não satisfeitos em fazer parte dessa "plateia", perceberam que os temas que lhes interessavam não estavam tendo o tratamento adequado no âmbito público, no âmbito da chamada esfera pública, onde organizações ou grupos⁶, expõem e discutem seus interesses.

6. Apesar de Habermas nos colocar o debate da esfera pública o conceito foi criado pelos gregos onde Vernant (1986) já nos apresenta uma construção da chamada esfera pública onde "o recurso a uma imagem especial para exprimir a consciência que um grupo humano toma de si mesmo, o sentido de sua existência como unidade política, não tem simples valor de comparação. Reflete o advento de um espaço social inteiramente novo. As construções urbanas não são mais, com efeito, agrupadas como antes em torno de um palácio real, cercado de fortificações. A cidade está agora centralizada na Agora, espaço comum, sede da *Hestia Koiné*, espaço público em que são debatidos os problemas de interesse geral". (VERNANT, 1986, p. 32-33)

Mas afinal, o que se está considerando como esfera pública? Neste artigo, esta arena de discussão será definida como um espaço de disputas por poderes, sejam poderes materiais, sejam poderes simbólicos, realizando uma espécie de intercâmbio entre os diferentes campos da vida social. Este intercâmbio, como afirma Costa (2002), é uma espécie de agir comunicativo que pode ser realizado por diversas maneiras: por meio de violência, pacificamente, diretamente ou ainda, de forma mediada.

Na análise de Habermas (1990a), este autor nos apresenta o espaço público como uma arena indispensável de discussão democrática entre a sociedade civil e o Estado. Surgindo primeiramente, como uma "esfera de pessoas privadas reunidas em um público", esta esfera caracterizava-se por ser burguesa. Seria apenas durante o século XVIII que a esfera pública! assumiria funções políticas e status normativo "de um órgão de automediação da sociedade burguesa":

A esfera pública burguesa surgiu historicamente no contexto de uma sociedade separada do estado: o "social" podia constituir-se numa esfera própria à medida que a reprodução da vida assumia, por um lado, formas privadas, mas por outro, como setor privado em seu conjunto, passou a ter relevância pública. (HABERMAS, 1990a, p. 152)

Será a partir do advento e evolução da imprensa que esse espaço dará lugar a uma busca de legitimidade, não de indivíduos, mas de uma coletividade que discute suas problemáticas num processo comunicativo de **formação de opinião**. A partir de então, será nesse espaço que processará uma intermediação entre o Estado e os interesses e necessidades da sociedade, chamada de necessidades do mundo da vida. Assim, assuntos até então considerados privados ou de circulação limitada, poderão ser divulgados em jornais e

revistas com número de tiragens consideráveis para que favoreçam uma discussão maior entre as pessoas e não mais somente entre os letrados. O espaço público seria então, uma arena de discurso onde a interação entre cidadãos conscientes, solidários e participativos, acontece.

E, será justamente nesse processo vivido no interior da esfera pública que haverá a interlocução e comunicação entre o mundo da vida e o sistema político, resultando num alcance e sensibilização das tomadas de decisões políticas demandadas das necessidades do mundo da vida. Porém, na mesma esfera pública, onde há o recebimento das demandas, há a utilização dos meios de comunicação, seja para a manutenção da lealdade política, seja para a interferência nas formas de consumo.

Habermas (1990b), entretanto, confere centralidade ao papel do Direito como elemento essencial da vida democrática buscando consenso e diálogo entre os subsistemas do mundo da vida e pressupondo condições institucionais para tal. Na visão habermasiana, a esfera pública é o local de disputa e de conflito que, no mundo contemporâneo, corresponde ao conflito entre o Estado e o mercado.

Habermas (1990b) considera a sociedade enquanto esfera simultaneamente pública e política e esta, enquanto deliberação, pressupõe um patamar mínimo de convergência. Para isso, a comunicação, assim como a proposição de acordos, apresenta-se como possível apenas, na medida em que o "outro" mostra-se, de alguma forma, como um "igual". O consenso, para ser legítimo precisa ser o resultado de um processo no qual todos os participantes da interação tenham condições de expressarem seus pontos de vista, de forma não coagida e sustentarem perante os outros, com base nos atributos da razão.

Papel dos Mediadores na Formação da Esfera Pública: atores locais e nacionais na discussão do avanço da fronteira agrícola da soja.

Nesta seção, discutir-se-á as ações das Organizações Não Governamentais (ONGs) locais e nacionais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Rádio Rural que debatem sobre as mudanças e conflitos decorrentes da expansão da fronteira agrícola da soja e ainda propõem ações bem concretas.

Essa temática, da fronteira agrícola da soja, vem sendo incorporada na agenda desses atores e na agenda do poder público há algum tempo. Pode-se dizer que ocorre uma pluralização do Estado e uma publicização da sociedade através de fóruns de debates locais e nacionais.

Na comunidade do Corta-Corda, os assuntos do mundo da vida ainda costumam ser tratados no âmbito da própria comunidade. Existe ainda uma privatização de determinados assuntos nesses espaços, como destaca Hebéte, onde "a força dos colonos, no enfrentamento de seus problemas, reduzia-se ao espaço privado da família e da rede de parentesco, dos laços de conterraneidade, das relações pessoais e coletivas de vizinhanças" (HEBÉTTE, 2002, p. 45).

E, será neste contexto, que os mesmos poderão contar com a intervenção e participação de atores sociais, que podem ser considerados fundamentais na formação da chamada esfera pública: os mediadores. Mas quem seriam os mediadores? Estes, segundo Buclet (2002), são grupos que atuam em benefício público e que se colocam em nome da sociedade civil fazendo a mediação, a interlocução entre grupos sociais menos favorecidos e o poder público, ou ainda entre o meio ambiente e a sociedade.

Assim, buscando identificar quais seriam esses mediadores, elaboramos, através das entrevistas com os camponeses, o quadro 1 que dividiu os atores sociais em dois grupos de atuação: os grupos que atuam dentro e diretamente na comunidade (on-site) e os que atuam fora da comunidade (off-site):

Nível institucional	"Stakeholders"
Local ("off-site")	Prefeitura municipal; Pesquisadores; Organizações Não Governamentais (ONG's); Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Instituições de pesquisa.
Local ("on-site")	Comunidades locais; Pequeno extrator; Comerciantes; pequeno Pecuarista; médio pecuarista, Médias e grandes Madeireiras; Agente de saúde, igreja, professor, delegado sindical, presidente da comunidade, camponeses; Agricultores de média; Gaúchos (Sojeiros).

Quadro 1

Grupos de interesses identificados em Corta-Corda/Santarém

Fonte: Entrevistas

Dentre esses atores, destacamos três, que foram citados como aqueles que estão diretamente envolvidos na intermediação entre comunidade e poder público, a saber: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STR), Centro de Apoio aos Pequenos Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC) e Rádio Rural. Uma característica dessas organizações é que todas são externas à comunidade do Corta-Corda, e com exceção do STR, que possui a figura do delegado sindical atuando diretamente na comunidade, as outras não atuam diretamente.

A escolha desses atores partiu da entrevista, onde foi perguntando sobre a quem os camponeses estavam recorrendo

para buscarem informações e esclarecimentos sobre as mudanças que estavam ocorrendo na área. Os três foram considerados referências e "ponte" (palavras de um camponês) deles com o poder público e/ou outros grupos de interesse. Desta forma, os três destacam-se no debate sobre a expansão da fronteira agrícola da soja e principalmente sobre a questão fundiária.

Debate local: caracterização e sua importância na formação da esfera pública

Centro de Apoio aos Pequenos Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC)

O CEAPAC é uma "entidade não governamental da sociedade civil, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, de assessoria à organização e desenvolvimento comunitário de formação técnico/profissional de caráter educativo, apartidária e areligiosa."⁷

Possui uma estrutura de funcionamento contendo objetivos gerais e específicos, áreas de atuação, metodologia de trabalho e critérios para participação em projetos financiados pela ONG. Foi fundada em 1983, a partir da pastoral da igreja como projeto de aquisição de um barco comunitário para reduzir a dependência de algumas comunidades dos atravessadores comerciais e, somente em 1990 adquiriu personalidade jurídica. Seus fundadores já faziam parte de outros movimentos sociais e foram basicamente: padre Edilberto Sena, Conceição Castro, professora Eloi Sena, Everaldo Portela e o padre João Moz.

7. Informação retirada de seu folder e em entrevista com o técnico da ONG.

Sua metodologia tem como prioridade a capacitação dos produtores familiares e, sua ação é baseada no saber científico acumulado, na experiência adquirida pelos participantes e na sua realidade. O conhecimento, então, é construído a partir da prática dos envolvidos, numa troca de saberes entre produtores e assessores e que levam em consideração os seguintes princípios:

1. Todo o processo de assessoria parte da iniciativa do grupo interessado a partir de uma necessidade interna manifestada na comunidade;
2. O trabalho é desenvolvido em parceria com o grupo; as despesas relativas ao trabalho são divididas entre as partes envolvidas;
3. A partir da relação estabelecida o CEAPAC passa a fazer assessorias periódicas respondendo as demandas apresentadas e identificadas com o grupo que já tenha condições de caminhar sozinho e resolver seus problemas;
4. A assessoria desenvolvida possui três eixos metodológicos: a assessoria in loco; os cursos e treinamentos de formação e, os encontros de coordenação para troca de experiência, avaliação e planejamento;
5. A assessoria acontece considerando de prazos estabelecidos junto com cada grupo, visando a autodeterminação deles, sem a assessoria do CEAPAC.

Atualmente a ONG está sendo financiada por dois projetos. Um, do Ministério do Meio Ambiente para trabalhar a questão de experimentos agroecológicos e sistemas agrofloretais. E o outro, é um projeto de uma organização holandesa que é quem mantém a estrutura do CEAPAC, que paga os funcionários, que garante os custos administrativos e as viagens. Porém, esta organização não deixa de enfrentar algumas dificuldades,

principalmente de cunho financeiro, o que não difere de outras instituições.

Mas o que significa ser uma ONG? Qual o seu papel na formação da esfera pública? Para responder a essas questões, faz-se necessário delimitar o conceito de ONG que será usado neste trabalho, sua tipologia e finalidade.

Segundo Rezende (2004), o termo Organização Não Governamental foi usada pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU) para denominar grupos supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas através de acordos governamentais.

No Brasil, as ONGs estavam relacionadas principalmente ai grupos que objetivavam auxiliar

movimentos sociais e organizações populares de base comunitária, com objetivos de promoção da cidadania em geral; defesa e proteção de direitos; luta pela democracia política e social; proteção e segmentos sociais excluídos e marginalizados; fortalecimento da sociedade civil, com ênfase nos trabalhos de educação popular, elaboração e monitoramento de políticas públicas, com forte atuação junto ao Estado, à sociedade e à imprensa. Enfim, são aquelas instituídas com o objetivo de contribuir para a construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável". (REZENDE, 2004, p. 25.)

No Brasil, no período da ditadura militar, foi quando surgiram as primeiras ONGs⁸ que tinham como objetivo principal a redemocratização, a defesa dos direitos humanos e sociais de

8. Nessa época a maioria das ONGs eram entidades com princípios cristãos I marxistas, militantes e profissionais que segundo Aquino (2003) vinham se I formando desde os anos 70.

minorias, o meio ambiente e ganharam visibilidade ao longo da década de 90 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED/CNUAD - Brasil - Rio 92, a ECO 92. Porém, nos últimos anos ocorreu a multiplicação e diversificação das ONGS no mundo e no Brasil.

Nos últimos anos, caracterizados por mudanças no contexto nacional, as ONGs, inseridas na sociedade civil, também mudaram. Se antes as mesmas, pelo menos no Brasil, lutavam por maior abertura e participação política, passaram a ser formuladoras de políticas públicas e mais, passaram também a ser prestadoras de serviços públicos realizando muitas vezes demandas, consideradas até então, exclusivas e obrigatórias do Estado. O papel das ONGs passou, do que Dagnino (2002) chama, de um espaço de relação cujo objetivo principal é a "articulação de seus vários setores para exercer pressão e monitoramento sobre a atuação do estado" para um papel muito mais propositivo.

Porém, quem acredita que essas transformações foram ou são pacíficas, engana-se. Segundo Dagnino (2002) apesar da

abertura de canais de interlocução da sociedade civil com o estado foi acompanhado por um processo de ajuste estrutural que previa transferir **responsabilidade do estado para a sociedade** e inserir as ONGs no projeto de colaboração em políticas compensatórias. Ora, apesar do Estado "autorizar" a "intromissão" das ONGs através de arenas de discussões, nos assuntos antes restritos ao âmbito estatal e a busca por uma aproximação a setores da sociedade considerados qualificados e eficientes. As ONGs passaram a ser vistas como mais ágeis e eficazes. (DAGNINO, 2002, p. 36-grifo da autora)

Essas mudanças, muitas vezes, acabam tirando-lhes o caráter de contestador, passando a assumir um aspecto mais técnico e assumindo ações estatais, inclusive, financiadas pelo

próprio Estado. Isso fez com que, segundo Dagnino (2002), as organizações da sociedade civil passassem a ser cobradas, e se cobrassem a ter que possuir maior qualificação técnica e burocrática para serem capazes de realmente interferirem na formulação de políticas públicas.

No contexto da esfera pública, estes, podem ser considerados como um importante ator e mediador, especialmente na Amazônia, apoiando modelos de desenvolvimento que consideram altamente prioritária à proteção dos recursos, incluindo o fortalecimento dos meios de vida das populações locais. Tanto as ONGs nacionais como internacionais, foram de suma importância para impulsionar a visão de uma opção de desenvolvimento mais sustentável na Amazônia. Neste sentido, "o setor não-governamental tem; entrado com frequência em conflito direto tanto com o setor empresarial quanto com as estratégias oficiais, consideradas como incentivadores de destruição de florestas a altos custos! sociais, como a violência rural" (Relatório IAG, 2000, p.20).

O risco nessas relações, segundo Dagnino (2002), é de que a ONG pode se transformar numa organização "mais técnica e menos política", perdendo assim o seu caráter inicial que sempre foi de pressão. É um perigo a tentativa dos governos transformarem esse canal que deveria ser de "voz" da sociedade civil, em órgãos com novas responsabilidades, assumindo inclusive, políticas sociais.

No Corta-Corda, para que as reivindicações saiam do âmbito local, há a necessidade dos mediadores. Ainda não há na comunidade, uma discussão que extrapole o âmbito privado e de vizinhança. As discussões de suas necessidades, do mundo da vida, não conseguem ultrapassar para uma discussão pública.

Apesar do CEAPAC não estar atuando mais diretamente na comunidade do Corta-Corda, ela foi citada e destacada como de grande importância para tirar quaisquer dúvidas que os camponeses possam ter e, de intermediar com os órgãos públicos as demandas locais.

Um dos pontos centrais desta ONG, além da capacitação e apoio a pequenos projetos, é o esclarecimento relacionado à questão fundiária tendo a rádio rural como um importante canal de divulgação:

A ONG faz algum tipo de recomendação aos agricultores relacionados às questões fundiárias? (Entrevistadora)

Apesar de não ser o objetivo da ONG, mas nós temos um programa na Rádio Rural aos domingos, das 5 da manhã às 6 da manhã, programa Amanhecer nas Comunidades e nós temos exatamente uma participação nesse sentido de fazer esses esclarecimentos e fazer uma dessas recomendações sobre suas terras, sobre a importância da mesma (Técnico da ONG CEAPAC).

Entretanto, essa relação de mediação e negociação entre os interesses dos camponeses e os órgãos públicos, a exemplo da prefeitura, nem sempre é amistosa. Na maioria das vezes é um contato conflituoso. A posição da ONG em relação a forma desorganizada como a cultura da soja está entrando na região, vai de encontro com as aspirações de agronegócio da prefeitura local:⁹

9,0 prefeito que estava no período de campo era Lira Maia do PMDB

Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)/Santarém

O STR de Santarém foi fundado em 1973, segundo sua atual presidente Maria Ivete Bastos dos Santos. Porém, segundo a mesma, foi apenas em 1980 que este foi para as "mãos mesmo dos trabalhadores rurais", passando a ser dirigido também por trabalhadores rurais. Segundo Hebéte (2002), foi justamente nesta época, final dos anos 70 e início dos 80, que os STR's saíram das mãos dos pelegos instalados pelo INCRA.

Possuí uma estrutura administrativa responsável em dar direcionamento às ações do sindicato, composta por:

- Diretoria executiva (composta por cinco membros, mais dois suplentes);
- Conselho fiscal (três membros do conselho fiscal);
- Diretores regionais e Delegados sindicais (são os que ficam na base, são os que recebem as mensalidades nas comunidades, ficam também reivindicando nas comunidades).

A duração do mandando de presidente e da diretoria executiva é de três anos, sendo que os mesmos podem ser reeleitos. Os critérios para se candidatar ao sindicato são: estar quite com a entidade, ser sócio pelo menos já há dois anos e ter principalmente "aptidão pela coisa porque na verdade ser dirigente sindical é uma doação muito grande". (Odete, presidente do STR/Santarém). O critério para poder votar é estar quite com as mensalidades pelo menos 15 dias antes das eleições. Segundo a presidente, dos atuais sócios existentes, nem todos são sócios quite. Em fevereiro de 2004 a mensalidade passou a ser três reais, porém, ainda implência é muito grande. A justificativa para tal situação, segundo Ivete, "são as dificuldades

económicas do trabalhador", o que acaba inviabilizando uma ação maior, mais eficaz do STR.

Para fazer parte do STR de Santarém são necessários alguns critérios, além do cumprimento de algumas obrigações, para que os agricultores possam ter seus direitos garantidos dentro do sindicato. Os direitos dos associados, deixam bem explícito o papel de mediador exercido pelo STR, intermediando reivindicações junto aos governos, tanto municipais, estaduais como federais.

Esse caráter assistencialista dos sindicatos, em muitos casos permanece até hoje. Isso foi verificado, por exemplo na comunidade do Corta-Corda. Quase 100% dos entrevistados participam do sindicato, porém com objetivos bem específicos: a) conseguir garantias previdenciárias como a aposentadoria (será através de comprovantes emitidos pelo sindicato que os trabalhadores podem comprovar perante o INSS que são agricultores), b) busca de médicos e hospitais, além de, c) remédios. São características e formas de atuação do STR, segundo Hebette (2002), que dificultam muitas vezes a adesão dos camponeses.

Isso não quer dizer que a atuação do sindicato se limite a este papel. Ele atua politicamente na área, principalmente em combate a expansão da fronteira agrícola da soja, alertando sobre as consequências derivadas desse avanço, como: grilagem, venda de terra e expulsão dos camponeses de suas áreas. Porém, são atividades que se desenvolvem conjuntamente, pois as principais atividades do sindicato são

organização sindical, a luta pela questão da melhoria da saúde, da educação, onde o sindicato está também como representante dos usuários, o sindicato está na coordenação do conselho municipal de saúde. E também encaminhamos as pessoas para

os seus benefícios previdenciários comprovando o seu exercício de atividade agrícola e vários outros movimentos que nós estamos atuando em parceria com outras entidades. (Ivete - 1 Presidente do STR/Santarém)

Além disso, o STR não atua sozinho. Ele está ligado à Federação dos Trabalhadores Agrícolas (FETAGRI), à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), formando uma rede de relações, ampliando ainda mais as possibilidades de atuação. Ao assumir esse papel de mediador, o STR mobiliza, da forma que consegue, a FETAGRI para que consigam, se não frear, mas pelo menos, amenizar os impactos da expansão da cultura da soja, chamando a atenção dos poderes públicos em todas as instâncias.

As principais dificuldades enfrentadas pelo sindicato são: a) as dificuldades financeiras, pois o município de Santarém é muito grande, dificultando uma atuação maior; b) diferenças de status de poder, principalmente em relação ao poder empresarial, pois estes "fazem uma política adversa a do sindicato numa tentativa de desvirtuar o nosso trabalho de conscientização, de luta" (Ivete j presidente do STR/Santarém); c) não são todos os camponeses que estão conscientes dessa situação conflituosa.

E, além dessa atuação direta com denúncias e participação em fóruns de debates, o STR produz cartazes alertando para os camponeses não venderem suas terras, enfatizando a importância desta, para suas sobrevivência e reprodução.

Desta forma, apesar das dificuldades em conseguir arregimentar agricultores para a luta de conscientização da terra, o STR, ainda se apresenta como um forte ator social, atuando como mediador entre os camponeses e outros órgãos de decisão, sejam eles públicos ou não. Porém, a passagem do l

chamado espaço privado para a esfera pública ("onde os comportamentos sociais e políticos são orientados por decisões coletivas") não acontece de forma tão rápida e consciente. Na comunidade do Corta-Corda, especificamente, essa passagem ainda não aconteceu plenamente, principalmente porque o conflito está latente, passando muitas vezes despercebido.

Rádio Rural

A rádio Rural é empresa privada, de cotas limitadas, ligada à igreja católica. Ela foi criada em 1964, como um instrumento para a educação de base, o Movimento de Educação de Base (MEB) e, também, para a evangelização, como afirma o então coordenador Padre Edilberto Sena. Desde então, foram acrescentados mais dois objetivos: a educação para a cidadania, e o compromisso com o ouvinte. Sendo estes, os quatro princípios da emissora. Por conta disto, segundo o padre, por ser fiel a esses princípios, é que torna a rádio diferente das outras, que são empresas comerciais.

Porém, ao tentar fidelidade aos princípios da emissora, o padre afirma que isso tem um "preço caro". Isso porque, em muitos momentos, há uma tensa relação com aqueles que normalmente custeiam uma emissora de rádio, "que é a publicidade, que são os empresários, que são os políticos". A fala do Padre Sena reflete uma realidade, onde a estrutura de propriedade dos meios de comunicação ou são custeados, ou estão concentrados nas mãos de grupos políticos e económicos consolidados "que mantêm sob seu controle esses meios utilizando-os como meios de interesses particulares ou de interesses político-partidário". (COSTA, 2002, p. 84). Desta forma, buscar uma autonomia em relação a grupos poderosos é uma decisão que traz consigo consequências.

Uma postura da rádio foi, então, manter independência em relação aos políticos causando, desta forma, grande impacto. Essa postura aconteceu, basicamente, devido à história de compromisso com a luta social e de militância política do padre Sena, que segundo este, não está ligado a nenhum partido.

A rádio rural no contexto da esfera pública, toma-se um instrumento importante de debate e de influência de um novo fórum público. A imprensa pode se tornar em um órgão crítico de um **público que pensa política**. Tendo esse caráter, a rádio logicamente não iria agradar a todos:

a rádio rural com esse compromisso com a cidadania, j
compromisso com o ouvinte, ela passou a divulgar as
informações que não interessam a Cargill, aos plantadores de
soja, e passamos a fazer análises críticas e então com isso
criamos o impasse que veio a desembocar agora recentemente j
quando a associação empresarial de Santarém em coluio com o
Sindicato Rural de Santarém que é dos empresários em apoio à
Cargiil resolveram fazer um boicote a Rádio Rural pra você ver
como a guerra tá feia. Eu tenho me virado de outras maneiras
para buscar recursos pra manter a emissora, estamos em
dificuldade financeira muito grande por pagar um preço que a j
gente paga por tentativa de coerência com a defesa da Amazónia,
com a defesa do meio ambiente, com a defesa da agricultura l
familiar, são exatamente os que sofrem as maiores j
consequências da invasão da soja aqui na Amazónia. Eu chamo
isso de invasão, invasão acoitada pelo banco do Brasil, pelo
banco da Amazónia e pela própria Cargill (Padre Edilberto Sena, j
Coordenador da Rádio Rural/Santarém).

A proposta de um tipo de noticiário mais crítico, principalmente neste momento, relacionado à soja, para uma j
rádio que mantém uma proximidade do que, Costa (2002) chama
de "proximidade geográfica do mercado de anunciantes e do l
contexto social", causam decerto, um constrangimento político
óbvio para o exercício de um jornalismo crítico.

E, será esse posicionamento crítico, direto, que posiciona a rádio rural num papel importante como mediadora na esfera pública. As informações na comunidade do Corta-Corda, assim como na maioria das comunidades amazônicas, continuam chegando com maior rapidez via rádio. E será através de um programa na madrugada de domingo, chamado o Amanhecer das Comunidades, que os mediadores irão se dirigir ao meio rural, orientando entre outras coisas, sobre os males da soja transgênica, sobre a deteriorização do meio ambiente, dos igarapés com a adubação química, com os inseticidas causando um efeito na comunidade e que Padre Sena considera importante.

Agente não faz assim uma guerra direta, a gente vai alertando, o sindicato dos trabalhadores tem um programa no domingo, alertando para o pequeno agricultor não vender sua terra, por que ele vendendo sua terra ele pega hoje 15, 20, 30 mil reais esse dinheiro vara todo pela mão porque ele vem aqui pra cidade então a gente tenta é despertar a consciência. (Padre Edilberto Sena, Coordenadora Rádio Rural/Santarém)

A rádio é então, um canal, uma fonte importante de esclarecimento e consulta que abre espaços para agentes da sociedade civil organizada, como é o caso da ONG CEAPAC, contribuírem para o esclarecimento dos camponeses elucidando e comentando sobre questões e problemas emergentes.

Desta forma, a rádio rural funciona como um importante canal de interação e esclarecimento do campesinato, contribuindo assim, para a criação da esfera pública onde as comunidades a que se referem, encontram um espaço de atuação, relacionado à sua vida cotidiana. Estas rádios podem possibilitar, assim, a inserção social, ao oferecer um espaço à comunidade para se expressar quanto aos seus interesses

locais, como também para se buscar conjuntamente a solução para os problemas da comunidade.

Discussão nacional e busca de consenso: Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Critérios de Responsabilidade relacionados à soja

Além da discussão local, sobre a expansão da fronteira agrícola da soja, há uma fórum maior, de âmbito nacional, de debate sobre as consequências que essa cultura está trazendo para a Amazônia e quais possíveis saídas para a questão ambiental decorrentes desse avanço. Homma (2000) destaca que em 1999

a discussão sobre a expansão da soja na Amazônia passou a se constituírem foco de conflito entre os defensores dessa cultura na Amazônia e aqueles preocupados com as consequências da expansão dessa cultura, a exemplo da pecuária. A ideia segundo a qual a soja não ameaça as florestas porque ocupará apenas terras já desmatadas não consola os ambientalistas. (HOMMA, 2000, p. 228)

Apesar do foco deste trabalho não estar relacionado] diretamente aos impactos ambientais decorrentes da expansão da soja, faz-se necessário destacar alguns **Critérios de Responsabilidade** que foram pensados, criados e propostos,] por Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras, que atuam nas questões de meio ambiente e desenvolvimento social. Estes critérios propõem medidas que podem reduzir os impactos negativos, em termos sociais e ambientais do plantio da soja¹⁰, |

10. Ongs propõem medidas para reduzir impactos negativos na produção de i soja-04/06/2004.

Fonte: ICV- Instituto Centro de Vida , Sfte: rrrttp://www. [icv.org.br](http://www.icv.org.br)

criando parâmetros e meios que os implementem através dos mecanismos de mercado.

Esses critérios de responsabilidade já podem ser considerados como um avanço nas discussões e na busca de um consenso. Brito e Ribeiro (2003), destacam a capacidade do ser humano, principalmente dos cientistas sociais, de constatar crises, através principalmente do diagnóstico de problemas e de conflitos. Porém, esses autores argumentam que

para que se reúna uma argumentação que provoque, de fato, as mudanças há tempos prometidas pelas ciências humanas (sociais), é necessário ir além da constatação da crise e propor um desfecho inovador que acompanhe as novas exigências da atual sociedade, repensando a própria prática do planejamento que se conhece. Deve-se procurar avistar um horizonte mais próximo e factível, que emane alternativas de desenvolvimento sob outra prática e outro pensar. (BRITO e RIBEIRO, 2003, p. 28)

Foram pontos pensados na **Articulação Soja -Brasil**, sendo resultado mais recente de um acúmulo de conhecimento e de debates que vêm ocorrendo entre organizações e movimentos ambientais e sociais que se preocupam com os impactos negativos da produção de soja. A iniciativa da criação da Articulação Soja -Brasil é da Coalizão Rios Vivos em conjunto com o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Federação dos Trabalhadores na

Agricultura Familiar do Sul (FETRAF-SUL). O projeto está sob a responsabilidade da Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (CEBRAC) e tem apoio financeiro da Fundação DOEN, da Cordaid e de Solidaridad (organizações da Holanda), I entre outras.

O debate criado pela Articulação Soja funcionou entre os meses de fevereiro e maio de 2004, com reuniões e um fórum virtual na Internet, e buscou definir os critérios que conformassem um mínimo denominador comum entre as várias proposições apresentadas. Contou com a inscrição de 121 pessoas e a participação ativa de 82 pessoas de 61 ONGs e movimentos ambientalistas e sociais brasileiros em todo o processo de discussão (presencial e virtual).

Um ponto interessante a ser considerado, foi a preocupação dos grupos em relação aos conceitos que seriam utilizados entre os formuladores. Houve uma preocupação em incorporar o conteúdo qualitativo aportado pelos participantes, que "procurou alcançar enunciados simples, claros e efetivos, e que tenham factibilidade operacional" (Articulação Soja -Brasil, 2004).

Outro referencial, que segundo as ONGs foi importante, diz respeito a construção de uma pauta que permitisse entabular um diálogo com outros atores sociais da teia produtiva da soja - de modo imediato e específico, com os grandes compradores europeus de soja. São apresentadas, também, para orientar o processo de negociação, indicações/sugestões de critérios que devem ser adotados globalmente.

Uma mudança que foi considerada importante foi a alteração no uso de conceitos que no geral trazem muitas expectativas e poucos resultados. Um deles foi a troca do conceito de "**produção sustentável**", por "**produção com menores impactos negativos**". Deixando claro que o que se quer é reduzir os impactos, já que a produção da monocultura da soja, neste contexto já é inevitável.

Assim, a principal ideia é de que as grandes empresas importadoras/consumidoras adotem esses critérios como suas **responsabilidades sociais**. Isso garantiria e influenciaria o restante da cadeia, que eles estão chamando de efeito "**para trás**", reorientando o processo produtivo da soja. Destas concepções foram criadas então, como aparece no quadro 2, uma lista de propostas de critérios de compra para redução de impactos negativos na produção de soja pauta de negociação a ser apresentada aos grandes compradores/consumidores de soja e o setor financeiro privado.

Quadro 2

Critérios de responsabilidade social elaboradas pelas ONGs

FONTE: Retirado de <<http://www.icv.org.br/>>

Acesso em 15/10/2004

Proposta	Verificado
<p>Só adquirirem produção de soja originada de áreas legalmente desmatadas antes de 31 de dezembro de 2003.</p>	<p>A autorização para desmatamento fornecida pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente (OEMA) ou IBAMA será a certificação do produtor a ser apresentada ao comprador.</p>
<p>No bioma Amazônia, como definido pelo IBGE, só deve ser adquirida produção de soja originada de áreas legalmente abertas/desmatadas até outubro de 1999</p>	<p>Imagens de satélite e certificado de autorização para desmatamento emitido pelas agências ambientais estaduais (OEMAs) ou pelo IBAMA.</p>
<p>Para a agricultura familiar/pequeno produtor será aberta uma exceção ao critério 1, acima, para plantios originados de desmatamentos em propriedades de até 04 (quatro) módulos fiscais (no Brasil), limitados a 25% de sua área útil agricultável (excluindo a reserva legal e áreas de proteção permanente)</p>	<p>Cópia das declarações do Imposto Territorial Rural (ITR);</p>
<p>A propriedade produtora de soja não pode ter sido constituída ou ampliada com a agregação de glebas inferiores a 200 ha, que tenham sido adquiridas após outubro de 1999, principalmente se oriundas de lotes originalmente produzidos para assentamentos da reforma agrária.</p>	<p>Documentos de compra da(s) propriedade(s), cartório local, cadastro no INCRA, STRs locais.</p>
<p>Os fornecedores de soja devem assinar uma declaração de que cumprem a legislação de seus países no tocante ao meio ambiente e as relações de trabalho com seus empregados. Caso seja comprovada a falsidade dessa declaração, o fornecedor será responsabilizado e processado por danos à imagem empresarial do comprador.</p>	<p>Todos os empregados (mesmo que sejam terceirizados através de empresas/pessoas) devem ter documentos formais de contratação, com todos os direitos assegurados pela legislação do trabalho (CLT, no Brasil, e OIT como referência mundial) e os acordos internacionais que tiveram adesão do país.</p>
<p>Procedência regular dos títulos de propriedade do produtor: não devem ser compradas produções originadas de terras griladas ou públicas. Arrendatários devem apresentar seus contratos juntamente com a documentação do proprietário da terra.</p>	<p>Certidões negativas da existência de outros títulos privados ou públicos, documentos dos cartórios locais, cadastro no INCRA e/ou órgão de terras do estado, contratos de arrendamento.</p>
<p>Averbação e manutenção da reserva legal da propriedade e respeito às áreas de proteção permanente, no caso da legislação brasileira.</p>	<p>Documento registrado em cartório e termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público prevendo a eventual recuperação.</p>

Esses critérios, como foi dito anteriormente, já representam um sucesso, pois partem da identificação dos conflitos para propostas de ação. Porém, como bem reconhecem os próprios formuladores dessas ações, a implementação será coberta por dificuldades, pois envolvem diferentes atores e interesses. Entretanto, podemos destacar que o mais importante neste momento é justamente a discussão da temática na esfera pública, pois é um tema que "chama" a atenção, está na pauta pública e privada, e que ainda consegue reunir diversas ONG's com objetivos comuns para pensarem propostas que poderão influenciar e criar políticas públicas.

Além disso, partem de um debate nacional com a interação de grupos locais importantes na construção da esfera pública e que não é apenas uma utopia, pode ser considerada como uma realidade, porém, uma realidade que ainda não está totalmente completa. Isso porque, ainda não há uma percepção de todos os atores locais sobre a situação conflituosa resultante da expansão desta fronteira agrícola. Não ocorrendo assim, uma participação efetiva e muito menos um consenso.

Desta forma, existem atores locais como a ONG CEAPAC, o STR, a Rádio Rural, que estão atuando como interlocutores dos camponeses, que se sentem ameaçados com a expansão da fronteira agrícola da soja. Atuam no campo da esfera pública tentando discutir sobre as consequências desta expansão, porém, nem sempre conseguem o consenso almejado. Por outro lado, temos um Estado que atua fortemente no subsídio de infraestrutura e que tem no seu discurso a expansão da soja como desenvolvimento para o Estado do Pará. Há ainda grupos, os "gaúchos", que vêm e encontram nesta fronteira, grandes possibilidades de crescimento econômico.

Assim, é preciso enfatizar que no momento atual, com o nível de organização social em Corta-Corda, o papel desses mediadores é essencial para a formação dessa arena de discussão. Porém, ainda temos na área, **uma esfera pública ainda não totalmente pública**. Isso porque nem todos os atores sociais interessados estão atuando na mesma direção, ou melhor, participando ou percebendo o que lhes envolve, atuando e interferindo nas políticas públicas locais que afetam diretamente suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazónia, durante décadas, tem sido alvo das políticas governamentais que pouco levaram em consideração os aspectos sociais e ambientais existentes. As consequências dessas ações foram as mais variadas: desapropriação, migração, grilagem e no seu extremo, a violência.

A comunidade do Corta-Corda é um exemplo de como, ainda hoje, as mudanças, com atuação do Estado é do setor privado, em muito alteram seus modos de vida e sobrevivência, tendo a insegurança em relação à terra, o reflexo desse contexto.

Na comunidade do Corta-Corda não aconteceu diferente. Aí mesma, assim como Santarém, entrou no discurso de área a ser apropriada na "corrida" pela utilização dos recursos naturais. Essa concepção está inserida num contexto maior no estado do Pará que está baseado num paradigma de desenvolvimento que elegeu o Agronegócio como "carro chefe" para suas ações. Porém, como foi comprovada, essa medida não está em consonância com a conservação do meio ambiente. As preocupações ainda se encontram no campo do discurso e da "retórica" contradizendo o "desenvolver sem devastar" com os elevados números de desmatamentos no Pará.

Neste contexto, os conflitos sociais são inevitáveis. Além de fazerem parte da própria sociedade, e, portanto, não terem surgido agora, os mesmos estão sendo acirrados com este novo investimento na fronteira agrícola da soja, que tem a terra como objeto de expansão do capital.

Porém, esse conflito apresentou uma peculiaridade específica. O mesmo se apresentou na comunidade do Corta-Corda de forma latente, ainda subentendido, ou seja, não haviam se manifestado de forma violenta. Isso porque, este momento conflituoso não era percebido por todos, resultando numa mistura de percepções: de um lado a insegurança de que possam perder suas terras, de outro o deslumbramento por uma cultura agrícola que também é vista como alternativa de sucesso econômico. Porém, há uma reconfiguração no cenário público. Os espaços de "encontro", de real participação dos camponeses da comunidade do Corta-Corda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maria José. **"A casa dos nossos Gens": um estudo sobre ONGs ambientalistas na Amazônia.** Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

BARBANTI JR., Olympio. **Gestão compartilhada e desenvolvimento local: Estratégias de intervenção e gestão de conflitos.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ ProjetoAMA/ GTZ, 2003.

BARBOSA, Ycarirri Melgaço. **Conflitos sociais na fronteira amazônica: projeto rio Formoso.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

BARP, Wilson José. **Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia Brasileira.** Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Campinas/IFCH. Campinas, 1997.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro.** Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia. **A fronteira em fins dos séc. XX. Outras proposições para um debate sobre a Amazônia.** Rio de Janeiro: Ed. UNB/Ed. UFRJ, 1997.

BRITO, Daniel Chaves de. **A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia.** Belém, Pará: UFPA/NAEA, 2001a.

BRITO, Daniel Chaves de e RIBEIRO, Tânia Guimarães. **A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social.** In: Ambiente e Sociedade, Campinas, vol.6, no.1, 2003 pp. 147-164.

BUCLET, Benjamin. **Uma tipologia das ONGs.** In: ESTERCI,] Neide; LIMA, Deborah, LÉNA Philippe (ed.). Boletim Rede Amazônica. Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais. Rio de Janeiro, Ano 1, n° 1.2002. pp. 29-36.

CASTRO, Carlos Potiara. **Plantio de Grãos em áreas de fronteira, ação antrópica e desmatamento.** Estudo do processo de incorporação ao mercado nacional de novas terras na Amazônia. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba, São Paulo, 2004.

CASTRO, Edna. **Estado e Políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercado.** In:

CASTRO, Edna et ai. (orgs.). Estado e Políticas públicas na Amazônia. Gestão do desenvolvimento regional. Belém, Pará: Editora CEJUP, 2001 a, pp. 7-32.

CASTRO, Edna. **Cidadania, Sociedade civil e movimentos sociais no Brasil**. Traduzido por Catherine Prost e divulgado como paper NAEA, n°54. Belém, Pará: NAEA/UFPA, 2001 b.

COSER, Lewis A. **Conflito**. In: OUTHWAIT, William e BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Social do Séc. XX. Tradução de Eduardo Francisco Alves; Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 47-49. p.120-123.

COSER, Lewis. **Las funciones dei conflicto social**. México: Fundo de cultura económica, 1956.

COSTA, Maria José Jackson (org.). **Sociologia na Amazônia: Debates teóricos e experimentos de pesquisa**. Belém, Pará: Universidade Federal do Pará, 2001.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília: Esfera Pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora UFMG, 2002.

DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GONÇALVES, Carlos. **Amazônia, Amazônias**. Belém, Pará: Editora Contexto, 1990.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Universitário 76, 1990 a.

HABERMAS, Jurgen. **A Unidade da Razão na Multiplicidade de suas Vozes**. In: Pensamento Pós-metafísico: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990b, pp. 151 -182.

HEBÉTTE, Jean. **Reprodução Social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica**. In: HEBÉTTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (org.), No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará. Belém, Pará: EDUFPA, 2002, pp. 205-231.

HOMMA, Alfredo. **Meio ambiente e desenvolvimento agrícola na Amazônia**. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Fitopatologia, j 25 (suplemento), São Paulo, agosto, 2000, pp. 223-233.

ICV Instituto Centro Vida, www.icv.org.br

LÉNA, Philippe e OLIVEIRA, Adélia (org.). **Amazônia: A fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém, Pará: Museu j Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão, 1991.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: ; utopia e luta na Amazônia**. Belém, Pará: CEJUP, 1997 (Coleção Amazoniana).

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **A Fronteira - A Desigualdade do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. **Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado Nacional.** In: Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, 2004, pp. 309-333.

Relatório do Seminário "Geopolítica da Soja na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação", 2004. 146 p. (Ideias e Debates).

Grupo Consultivo Internacional (IAG), Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras - Décima sétima reunião. Brasil, 15-26 julho 2002. Pg. 2-14.

REZENDE, Conceição. **As organizações não-governamentais (ONGS) o que são elas?**. Justificação para Substitutivo do Relator ao PL 2.312/2003, em tramitação na Câmara dos Deputados, em 12 de maio de 2004, pp. 1 -8.

RUBIN, Jeffrey; PRUITT, Dean; KIM, Sing. **Social Conflict. Escalation, stalemate and settlement.** New York, E.U.A: Secondedition, 1986.

SIMMEL, Georg. **Organizado por Evaristo Moraes Filho.** São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1983.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **O Processo de colonização agrícola no Brasil Contemporâneo.** In: Revista Sociedade e Estado, Campinas, UnB / Dep. de Sociologia, v. IV, n. 02, p. 103-115, 1990.

VERNANT, Jean-Pierre. **A crise da Soberania.** In: As Origens do Pensamento Grego. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1986, pp. 27-33